



J. M. S.
R. Ferreira
S. S.
A. P.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2024

Janer
Perafita

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social.....	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1	Referencial Contabilístico	4
2.2	Derrogações	4
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Principais politicas contabilísticas.....	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração.....	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação.....	5
3.1.1.2	Politicas de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	13
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas	13
3.2	Alterações nas politicas contabilísticas.....	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	14
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
5	Ativos Intangíveis	16
6	Inventários	17
7	Rendimentos e Gastos	17
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
9	Benefícios dos empregados	19
10	Acontecimentos após data de Balanço.....	20
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
12	Outras Divulgações	20

12.1 Outras contas a receber.....	20
12.2 Diferimentos	21
12.3 Caixa e Depósitos Bancários	21
12.4 Fundos Patrimoniais.....	21
12.5 Fornecedores	22
12.6 Estado e Outros Entes Públicos.....	22
12.7 Outras Contas a Pagar.....	22
12.8 Subsídios, doações e legados à exploração	23
12.9 Fornecimentos e serviços externos	23
12.10 Outros rendimentos e ganhos	24
12.11 Outros gastos e perdas	24
12.12 Resultados Financeiros	24



A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. Ferreira Pinto". The signature is fluid and cursive, with some loops and variations in thickness.



1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo

2.2 Derrogações

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO
PRACETA PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO, 7
4455-469 PERAFITA

JM
Reforcei
MF

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior, com a ressalva da situação apresentada na nota 3.3 – Alteração nas estimativas contabilísticas.

Nesta comparabilidade, excetuam-se as rubricas de Prestação de Serviços e de Subsídios, que no ano de 2024, por força da alteração da contabilização dos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social, referentes aos acordos de cooperação, não são comparáveis com o período anterior.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados

contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”. 

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

J. na
Perafita

3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 25 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Instituição revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

J. Pinto
Perafita
S. M.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

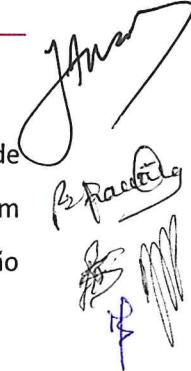
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto e médio prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.



Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

JM
fez face ao
fim

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospectiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas

a) Natureza da alteração

Decorrente do alargamento de 20 para 30 anos do período de duração do direito de superfície do prédio urbano situado na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto – Estrutura ERPI, concedido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede de Perafita, em 2019, foi alterada a estimativa de vida útil do respetivo edifício de 15 para 25 anos, dado que o edifício só começou a ser utilizado e, consequentemente, depreciado no exercício de 2015. Esta alteração teve também impacto na imputação dos subsídios ao investimento associados à construção do mencionado edifício.

b) Quantia do ajustamento relacionado com o período corrente

*JM
B. Ferreira Pinto
JM*

A alteração da vida útil estimada referida teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período de 2019:

Descrição	Vida útil estimada	Vida útil revista	Impacto nas depreciações
Estrutura ERPI	15 anos	25 anos	62.423,10
Imputação subs. invest			49.147,54

Esta alteração também terá impacto nas demonstrações financeiras dos períodos seguintes.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Edifícios e outras construções	3 358 693,18 €				3 358 693,18 €
Equipamento básico	413 155,42 €	2 821,60 €			415 977,02 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €				62 056,64 €
Equipamento administrativo	157 147,39 €				157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	43 572,73 €				43 572,73 €
Investimentos em Curso	0,00 €				0,00 €
Total	4 034 625,36 €	2 821,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 4 037 446,96 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 802 710,59 €	158 312,52 €			1 961 023,11 €
Equipamento básico	388 184,89 €	7 863,24 €			396 048,13 €
Equipamento de transporte	62 056,62 €				62 056,62 €
Equipamento administrativo	154 097,55 €	1 697,04 €			155 794,59 €
Outros Ativos fixos tangíveis	43 572,73 €				43 572,73 €
Total	2 450 622,38 €	167 872,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 2 618 495,18 €

Descrição	2023				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Edifícios e outras construções	3 248 479,80 €	26 834,92 €		83 378,46 €	3 358 693,18 €
Equipamento básico	394 744,58 €	18 410,84 €			413 155,42 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €				62 056,64 €
Equipamento administrativo	157 147,39 €				157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	43 572,73 €				43 572,73 €
Investimentos em Curso	38 472,83 €	44 905,63 €		-83 378,46 €	0,00 €
Total	3 944 473,97 €	90 151,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 4 034 625,36 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 637 145,15 €	165 565,44 €			1 802 710,59 €
Equipamento básico	379 333,73 €	8 851,16 €			388 184,89 €
Equipamento de transporte	62 056,62 €				62 056,62 €
Equipamento administrativo	148 344,87 €	5 752,68 €			154 097,55 €
Outros Ativos fixos tangíveis	41 277,01 €	2 295,72 €			43 572,73 €
Total	2 268 157,38 €	182 465,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 2 450 622,38 €

Em 28/04/09, através de escritura pública, a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Mamede de Perafita concedeu ao Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto um direito de superfície pelo período de 15 anos, sobre um prédio, sua propriedade.

Até ao exercício de 2018, as depreciações dos edifícios abrangidos por esse direito de superfície, foram calculadas e registadas com base na taxa determinada para o período de duração do mesmo.

Em 27/12/19, igualmente por escritura pública, foi aditado o período de duração do referido direito, de 15, para 25 anos.

Com base no alargamento do prazo, no exercício de 2019, foi revista a taxa de depreciação que vinha a ser utilizada para cálculo das respetivas depreciações, conforme referido na nota 3.3.

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

A handwritten signature consisting of stylized letters and numbers, likely belonging to the accountant or auditor who reviewed the financial statements.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		9 428,95 €		9 428,95 €	
Total	0,00 €	9 428,95 €	0,00 €	9 428,95 €	0,00 €

Descrição	2023				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		12 027,54 €		12 027,54 €	
Total	0,00 €	12 027,54 €	0,00 €	12 027,54 €	0,00 €

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 111 871,37 €	1 094 842,75 €
Entidades Públicas	905 867,49 €	
Total	2 017 738,86 €	1 094 842,75 €

O montante de 905.867,49€ respeitante às Entidades Públicas, refere-se aos acordos típicos celebrados com o Instituto da Segurança Social.

A partir do exercício de 2024, seguindo o normativo da Comissão de Normalização Contabilística, estes rendimentos, passaram a ser reconhecidos na conta 72.

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital		829 078,55 €
Outros subsídios	11 553,15 €	18 236,06 €
Total	11 553,15 €	847 314,61 €
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	494 810,08 €	563 420,56 €
Câmara Municipal de Matosinhos	243 507,92 €	271 616,24 €
Donativos particulares	80 363,62 €	85 721,14 €
Para outros investimentos:		
NORTE 2020	98 458,71 €	94 692,20 €
Câmara Municipal de Matosinhos	211 882,73 €	227 181,17 €
Total	1 129 023,06 €	1 242 631,31 €

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2023 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do Centro Padre Ângelo, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.8).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil, com a colocação de um envidraçado para fecho dum espaço existente com quartos de banho de apoio ao mesmo, com a instalação de um sistema energético fotovoltaico de autoconsumo de energia e com a aquisição de

viaturas. Estes subsídios estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício de 2024, foi recebido um subsídio do NORTE 2020, no montante de 16.145,11€. Este montante foi aplicado no revestimento das paredes dos quartos de banho dos quartos dos utentes da ERPI e na aquisição de equipamentos e instalação de sistema de renovação de ar do edifício da Creche.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 80 e em 31/12/2023 foi de 81.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	1 070 152,38 €	1 028 996,76 €
Indemnizações	1 838,97 €	1 575,73 €
Encargos sobre as Remunerações	239 357,70 €	229 960,23 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	39 370,49 €	31 079,33 €
Outros Gastos com o Pessoal	52 130,37 €	53 358,29 €
Total	1 402 849,91 €	1 344 970,34 €

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2024, bem como da atualização das tabelas salariais.

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em 26 de Março de 2025.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Devedores por acréscimos de rendimentos	46 862,58 €	47 930,42 €
Outros Devedores	1 605,98 €	1 605,98 €
Total	48 468,56 €	49 536,40 €

J. A. P.
Bo Pracatado
J. A. P.

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6 722,45 €	7 969,43 €
Outros gastos a reconhecer	1 925,55 €	3 257,83 €
Total	8 648,00 €	11 227,26 €
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		6 310,22
Total	0,00	6 310,22

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	1 456,02 €	1 295,59 €
Depósitos à ordem	88 221,65 €	39 592,22 €
Total	89 677,67 €	40 887,81 €

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	5 084,88 €		87 516,56 €	-82 431,68 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 243 328,31 €	16 145,11 €	129 753,36 €	1 129 720,06 €
Total	1 248 413,19 €	16 145,11 €	217 269,92 €	1 047 288,38 €

O decréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2023, conforme deliberado pela Direção.

Handwritten signature in blue ink, appearing to read "José P. Ferreira Pinto" followed by initials.

As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se à imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.10)

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	149 176,21 €	121 014,09 €
Total	149 176,21 €	121 014,09 €

12.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 627,39 €	5 254,13 €
Total	6 627,39 €	5 254,13 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	883,20 €	3 137,26 €
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	4 857,00 €	6 345,65 €
Segurança Social	24 348,49 €	24 800,69 €
Total	30 088,69 €	34 283,60 €

12.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		143,52 €		83,82 €
Fornecedores de Investimentos		7 260,30 €		14 218,98 €
Credores por acréscimo de gastos		180 767,03 €		170 028,90 €
Outros credores		1 498,19 €		2 092,27 €
Total	0,00 €	189 669,04 €	0,00 €	186 423,97 €

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2024 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2025.

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos		829 078,55 €
Subsídios de outras entidades	11 553,15 €	18 236,06 €
Total	11 553,15 €	847 314,61 €

O montante de 829.078,55€ respeitante aos Subsídios do Estado e outros entes públicos, refere-se aos acordos típicos celebrados com o Instituto da Segurança Social.

Segundo a Comissão de Normalização Contabilística, no seu esclarecimento datado de 24/11/23 e revisto em 06/09/24, questão 39, neste tipo de acordos, está-se perante uma prestação de serviços (conta 72), devendo estes valores ser contabilizados nessa conta.

Neste sentido, a partir do exercício de 2024, estes rendimentos passaram a ser reconhecidos na referida conta 72 (ver nota 7).

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	456 260,13 €	448 517,01 €
Serviços especializados	59 710,53 €	77 694,74 €
Materiais	18 142,58 €	26 050,13 €
Energia e fluidos	76 143,39 €	75 948,57 €
Deslocações, estadas e transportes	40,20 €	48,45 €
Serviços diversos	85 594,18 €	95 873,11 €
Encargos com utentes	1 054,43 €	1 706,76 €
Total	696 945,44 €	725 838,77 €

Com vista à reestruturação em curso, a Direção contratualizou o serviço de consultadoria, com uma empresa externa, reportado a 1 de Outubro de 2024.



12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	95 272,41 €	124 823,28 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,03 €	0,01 €
Outros rendimentos e ganhos	147 297,28 €	146 721,46 €
Total	242 569,72 €	271 544,75 €

O saldo da rubrica “outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 129.753,36€ relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados (ver nota 3.3)

12.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	550,00 €	30,00 €
Outros Gastos e Perdas	31 845,53 €	24 649,00 €
Total	32 395,53 €	24 679,00 €

O saldo da rubrica “outros gastos e perdas” inclui o montante de 6.535,84€ relativo à capitalização dos juros vencidos durante o período da moratória Pública, no contexto da pandemia COVID-19, cujo reconhecimento deveria ter ocorrido no fim da referida moratória, em 2021.

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	11 063,44 €	11 238,02 €
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	11 063,44 €	11 238,02 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Total	0,00 €	0,00 €
Resultados Financeiros	-11 063,44 €	-11 238,02 €

PERAFITA, 26 de Março de 2025

O Contabilista Certificado

Ivança José Gomes Soares
CC 41263

A Direção

Rº Francisco Pedroso Moreira da Costa
João Francisco Soares
José Manoel Pacheco Pinho
José Luís Coimbra

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 418 951,78	1 584 002,98
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		23 443,32	23 443,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 442 395,10	1 607 446,30
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		1 230,00	1 845,00
Estado e outros entes públicos		6 627,39	5 254,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		8 648,00	11 227,26
Outros ativos correntes		48 468,56	49 536,40
Caixa e depósitos bancários		89 677,67	40 887,81
		154 651,62	108 750,60
Total do ativo		1 597 046,72	1 716 196,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-82 431,68	5 084,88
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 129 720,06	1 243 328,31
Resultado líquido do período		1 047 288,38	1 248 413,19
Total dos fundos patrimoniais		-48 694,34	-87 516,56
		998 594,04	1 160 896,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		159 120,72	148 068,48
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		159 120,72	148 068,48
Passivo corrente			
Fornecedores		149 176,21	121 014,09
Estado e outros entes públicos		30 088,69	34 283,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		70 398,02	59 199,91
Rendimentos a reconhecer		0,00	6 310,22
Outros passivos correntes		189 669,04	186 423,97
		439 331,96	407 231,79
Total do passivo		598 452,68	555 300,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 597 046,72	1 716 196,90

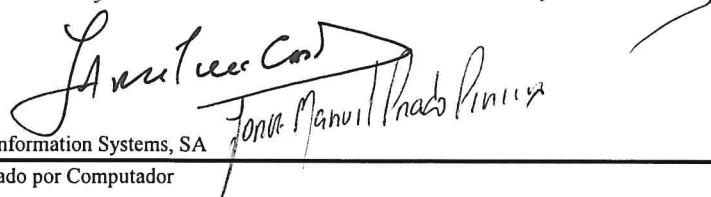
A Direcção

O responsável

Francisco Pedroso Moreira da Costa
de anal para Ds. Ent. S.

Hélio José Gomes Soares

CC 41263


F.º Francisco Pedroso Moreira da Costa
de anal para Ds. Ent. S.

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		2.017.738,86	1.094.842,75
Subsídios, doações e legados à exploração		11.553,15	847.314,61
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		9.428,95	12.027,54
Fornecimentos e serviços externos		696.945,44	725.838,77
Gastos com o pessoal		1.402.849,91	1.344.970,34
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		242.569,72	271.544,75
Outros gastos e perdas		32.395,53	24.679,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		130.241,90	106.186,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		167.872,80	182.465,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-37.630,90	-76.278,54
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		11.063,44	11.238,02
Resultados antes de impostos		-48.694,34	-87.516,56
Resultado líquido do período		-48.694,34	-87.516,56

Re Francisco Guedes Mureira de Carvalho
 António José dos Santos
 José Luís Ca
 John Manuel Pinto Pinto

oficina José Gomes Soares
 cc 41263



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Índice

1.	Identificação da Entidade.....	2
2.	Síntese	2
3.	Volume de negócios	3
4.	Utentes	4
5.	Eventos e atividades.....	5
6.	Situação contributiva	6
7.	Pessoal.....	6
8.	Investimentos.....	7
9.	Financiamento.....	7
10.	Gastos.....	8
11.	Rendimentos	11
12.	Resultados.....	13
13.	Perspetivas para 2025.....	13
14.	Agradecimentos	14



1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os Paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possuí as seguintes respostas sociais:

Creche, pré-escolar, centro de dia, centro de convívio e estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI).

2. Síntese

No ano de 2024, continuamos a enfrentar desafios significativos devido à manutenção do conflito que começou entre a Rússia e a Ucrânia, em 2022. Esta guerra, neste momento já à escala global, provocou um aumento generalizado dos preços em todos os setores, mas especialmente nos setores da energia, bens alimentares e prestação de serviços.

A consequente perda de rendimento das famílias dos nossos utentes, aliado à implementação da gratuitidade das creches e à nossa limitação do valor das mensalidades dos utentes, levou-nos a adotar medidas adicionais para mitigar as dificuldades financeiras decorrentes.

Ao longo deste ano, realizámos uma análise detalhada e profunda dos nossos procedimentos e processos de trabalho. Esta verificação conduziu-nos à reformulação de alguns desses processos, alinhando-nos com as melhores práticas de gestão e garantindo a eficiência operacional.

A reestruturação a ter lugar em 2025, abrangerá as diversas áreas da Instituição.



3. Volume de negócios

Em 2024, o volume de negócios apresentou um ligeiro aumento na ordem dos 1,5%. As valências que registaram subidas, foram o Centro de dia, Pré-escolar e ERPI. Em contrapartida, as valências das Creches registaram a maior descida. Esta diminuição, foi motivada pela medida da gratuidade das creches implementada pelo Governo Português, através da Portaria nº 198/2022, de 27 de julho. Este diploma, estabelece que, para todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, que frequentem creches do setor social e solidário, passam a ser assumidas pelo Governo, os valores das comparticipações que deveriam ser pagas pelas famílias.

Em 2024, foi alterada a contabilização dos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social, referentes a acordos de cooperação.

Até ao exercício de 2023, estes montantes, eram reconhecidos na rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração (nota 11).

Por este motivo, a rubrica de Entidades Públicas, não tem comparação com o exercício de 2023.

Detalhe:

Área	2024		2023		Variação
	Quotas dos utilizadores	Entidades Públicas	Quotas dos utilizadores	Entidades Públicas	
Infância					
	Creche I	9 795,40 €	243 157,27 €	38 067,32 €	200 823,80 €
	Creche II	5 910,00 €	142 728,68 €	27 482,75 €	131 024,08 €
	Pré-escolar	110 995,80 €	203 699,76 €	94 520,43 €	204 032,23 €
Sénior	<i>Subtotal</i>	126 701,20 €	589 585,71 €	160 070,50 €	535 880,11 €
					2,92%
Centro de dia					
	Centro de dia	84 388,24 €	61 262,68 €	69 311,26 €	58 840,31 €
	Centro de Convívio	2 476,00 €	17 401,80 €	2 506,00 €	16 958,10 €
	ERPI	898 305,93 €	237 617,30 €	862 954,99 €	217 400,03 €
Subtotal	985 170,17 €	316 281,78 €	934 772,25 €	293 198,44 €	5,98%
Total Geral	1 111 871,37 €	905 867,49 €	1 094 842,75 €	829 078,55 €	4,88%



José
Ricardo
Silva
M.

4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3^a idade. A média anual de Utentes foi de 246, uma diminuição sem expressão de 0,4% comparativamente a 2023 em que a média se cifrava em 247. Para estes 246 Utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	35	35	41
Creche II	24	28	35
Pré-escolar	75	75	75
<i>Subtotal</i>	134	138	151
Sénior			
Centro de dia	31	30	60
Centro de Convívio	20	20	20
ERPI	61	30	68
<i>Subtotal</i>	112	80	148
Total	246	218	299



*J. Ferreira
B. Praceta*

5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2024, cada uma das áreas (infância e sénior) organizou e cumpriu com o vasto calendário de atividades a que se propôs.

Entre muitas atividades, destacam-se as seguintes:

Infância	Sénior
Comemoração do início do Outono	Comemoração do início do Outono
Dia mundial da música	Comemoração do S. Martinho
Dia mundial do animal	Festa de Natal
Dia mundial da alimentação	Dia de Reis
Dia mundial da 3ª idade	Dia do obrigado
Comemoração do S. Martinho	Aniversário Centro Padre Ângelo
Festa de Natal	Dia da magia
Dia de Reis	Dia de S. Valentim
Aniversário Centro Padre Ângelo	Dia da mulher
Carnaval	Dia do pai
Dia do pai	Comemoração da primavera
Dia mundial da árvore	Dia mundial da árvore, poesia e marioneta
Páscoa	Dia mundial do teatro
Dia da terra	Dia mundial da atividade física
Dia do livro	Dia mundial da voz
Dia da mãe	Dia mundial da dança
Dia da família	Dia da mãe
Dia mundial da criança	Dia da família
Dia dos avós	Dia Sr Matosinhos



6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

Consideramos os recursos humanos como o fator primordial na prestação de cuidados. Neste sentido, procuramos garantir um conjunto de colaboradores adequados às suas obrigações e às pretensões dos nossos utentes e familiares.

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 80 trabalhadores pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram cinco pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, quatro pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção (CEI) e uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto (EAEE).

A bolsa ocupacional da medida CEI é comparticipada pelo IEFP, em 50%. Os restantes 50% da bolsa ocupacional, o subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

A medida EAEE, a comparticipação do IEFP é de 50% sobre o vencimento e respetivos encargos.

Além dos 80 trabalhadores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem;
- Fisioterapia;
- Podologia;
- Nutrição;
- Advocacia;
- Consultoria financeira,
- Atividades de educação desportiva e recreativa.



Estes serviços, representam indiretamente cerca de 22 postos de trabalho.

8. Investimentos

Durante o ano de 2024, o montante de investimentos feito, foi de 2.821,60€.

Rubrica	Montante
Equipamento básico	2 821,60 €
Total	2 821,60 €

Equipamento básico

Foi substituída uma máquina de secar roupa na lavandaria;
Foram comprados 3 termos de leite para a cozinha.

9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2024, o montante de 457.101,91€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente nessa data.

No contexto da pandemia COVID-19, em 31 de março de 2020, a Instituição aderiu à moratória Pública prevista e regulada pelo Decreto-Lei nº 10-J/2020. Em Outubro de 2021, com o fim da referida moratória a Instituição retomou o pagamento e cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a instituição bancária.

Em março de 2023, no âmbito da mesma linha de crédito de apoio à economia social, a Instituição contraiu novo empréstimo, no montante de 125.000,00€.

Este valor teve como propósito reforçar a estabilidade da tesouraria da Instituição e contribuir para o acompanhamento das necessidades decorrentes da atividade.

Em outubro de 2023 começaram a ser feitas amortizações e à data de encerramento do exercício, totalizaram um montante de 13.379,35€.

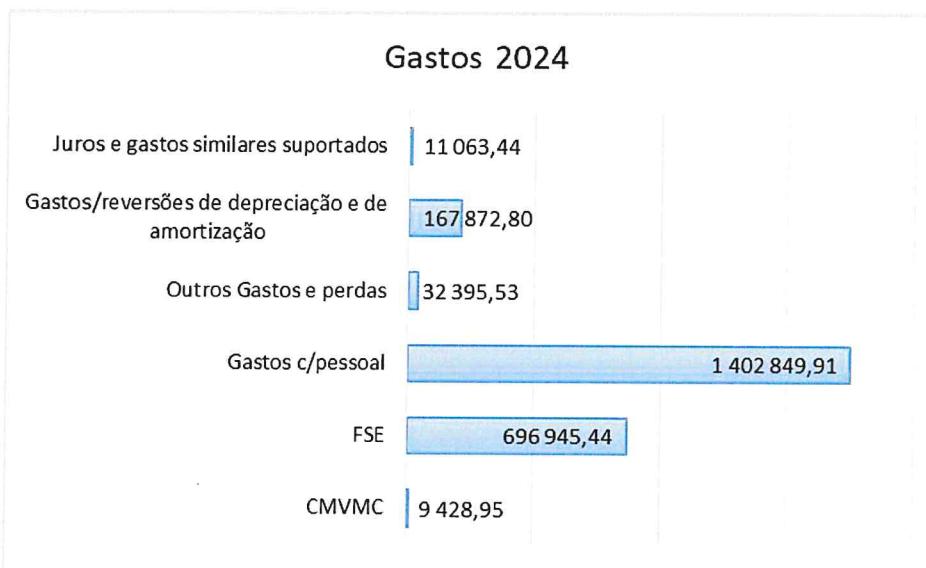


J. M. S.
João Ferreira Pinto
J. M. S.

Em dezembro de 2024, no âmbito da mesma linha de crédito de apoio à economia social, a Instituição contraiu um terceiro empréstimo, no montante de 75.000,00€. Este montante teve a mesma finalidade do empréstimo anteriormente contraído. Atendendo à data de contratação deste empréstimo, em 2024, não foram feitas amortizações.

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 2.314.020€ representando um aumento de 0,8% face a 2023.



No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir:

As rubricas que registaram aumento, foram a de, outros gastos e perdas e de gastos com pessoal, 31,27% e 4,3%, respetivamente.

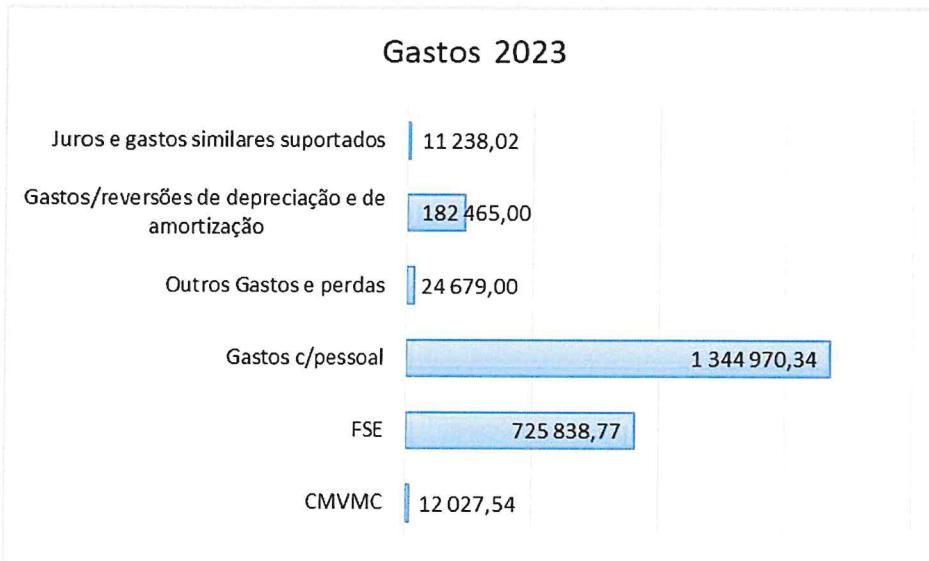


*J. M.
B. Ribeiro
G. S. M.*

Relativamente à rubrica de outros gastos e perdas, a variação deve-se ao reconhecimento da capitalização dos juros vencidos durante o período da moratória Pública, no contexto da pandemia COVID-19, que deveria ter sido registado no fim da referida moratória, em 2021.

Em relação à rubrica de gastos com pessoal, a variação de 4,3% face ao ano anterior, resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2024, bem como, da atualização das tabelas salariais.

Em contrapartida, as rubricas que registaram diminuição, foram a de, CMVMC na ordem de 21,6%, a de gastos/reversões de depreciações e de amortização, de 8%, fornecimentos e serviços externos, de 3,98% e a de juros e gastos similares, de 1,55%.





À data de 31 dezembro de 2024, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoría	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	36
Ajudante de Ação Educativa	14
Ajudante de cozinha	3
Animadora Sócio-Cultural	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	2
Diretora Técnica área Infância	2
Diretora Técnica área Séniior	2
Educador de infância	6
Escriturário	3
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	6
Total	80

No que respeita às categorias de Ajudante de Ação Direta e de Educador de infância, estão incluídos respetivamente, 4 e 2 trabalhadores que se encontram em regime de substituição direta de outros trabalhadores ausentes por motivo de baixa prolongada por doença e uma educadora ausente, por motivo de licença sem vencimento.



No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	456 260,13 €	65,47%
Serviços especializados	59 710,53 €	8,57%
Materiais	18 142,58 €	2,60%
Energia e Fluídos	76 143,39 €	10,93%
Deslocações, estadas e transportes	40,20 €	0,01%
Serviços diversos	85 594,18 €	12,28%
Encargos com utentes	1 054,43 €	0,15%
Total	696 945,44 €	100,00%

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos, serviços diversos, energia e fluídos e serviços especializados, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e manutenção.

O peso de 10,93% da rubrica de energia e fluídos, prende-se não só com o próprio consumo, mas também, com a subida do preço do gás e da energia.

11. Rendimentos

Conforme descrito na nota 3, houve alteração na contabilização dos montantes recebidos dos acordos típicos celebrados com o Instituto da Segurança Social, que passaram a ser reconhecidos na conta de Prestação de Serviços.

Por esta razão, a rubrica de vendas e prestação de serviços e a rubrica de subsídios, doações e legados à exploração, não são comparáveis com o ano de 2023.

Na rubrica de vendas e prestação de serviços, são reconhecidas as quotas dos utilizadores e os referidos subsídios do Instituto da Segurança Social.



J. Ferreira
Padre Ángelo
Perafita

Na rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração, são reconhecidos os donativos efetuados por benfeiteiros e por entidades privadas.

Rendimentos 2024

Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Outros rendimentos e ganhos	242 569,72
Subsídios, doações e legados à exploração	11 553,15
Vendas e serviços prestados	2 017 738,86

Rendimentos 2023

Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Outros rendimentos e ganhos	271 544,75
Subsídios, doações e legados à exploração	847 314,61
Vendas e serviços prestados	1 094 842,75



12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2024 foi negativo no montante de 48.694,34€ (Quarenta oito mil seiscentos noventa e quatro euros e trinta e quatro céntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2025

Garantir o cumprimento de todas as responsabilidades do Centro Padre Ângelo é um objetivo e uma realidade quotidianamente presente em todos os mecanismos de gestão e de tomada de decisão.

Para o ano de 2025, prevê-se a continuidade das operações em todas as valências, de forma que os compromissos assumidos e os que possam vir a ser assumidos, estejam garantidos. No entanto, torna-se cada vez mais exigente e desafiante manter o equilíbrio financeiro e a qualidade do serviço a que nos propomos.

Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Reparação/manutenção do sistema de deteção/supressão de incêndio, na cozinha

Acresce ainda que, a Instituição tem uma candidatura em fase de análise, para a instalação do alargamento do parque fotovoltaico. Este investimento, é financiado 100% a fundo perdido.



14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes e seus familiares/Representantes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a serem elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 26 de Março de 2025

A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre Francisco Andrade Moreira da Costa

Francisco Andrade Moreira da Costa

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Jorge Manuel do Prado Pereira

Jorge Manuel do Prado Pereira

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa

José Anselmo Rodrigues da Costa